



Comissão Permanente de Licitação

DECISÃO

OBJETO: Contratação de serviços de limpeza, conservação, higienização e asseio, copeiro, jardineiro e auxiliar de carga e descarga, com fornecimento de materiais, equipamentos e ferramentas necessárias, a serem executados na Superintendência Estadual da Funasa, em João Pessoa-PB, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

RECORRENTE: PS SERVIÇO DE LIMPEZA LTDA, CNPJ nº 18.804.276/0001-98

RECORRIDA: ARCARIO PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 18.296.524/0001-37

1. DAS PRELIMINARES

1.1. Trata-se de análise do recurso administrativo interposto tempestivamente pela empresa PS SERVIÇO DE LIMPEZA LTDA, para o Grupo Único do Serviço limpeza, conservação, higienização e asseio, copeiro, jardineiro e auxiliar de carga e descarga do Pregão eletrônico nº 90009/2024.

2. DA ADMISSIBILIDADE

2.1. O critério de aceitabilidade do recurso exige a manifestação imediata da intenção de recorrer, tão logo seja realizado o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante, conforme dispõe o art. 165 da [LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021](#):

Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) julgamento das propostas;
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d) anulação ou revogação da licitação;
- e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

II - pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

§ 1º Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do inciso I do **caput** deste artigo, serão observadas as seguintes disposições:

I - a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais previsto no inciso I do **caput** deste artigo será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 desta Lei](#), da ata de julgamento;

II - a apreciação dar-se-á em fase única.

§ 2º O recurso de que trata o inciso I do **caput** deste artigo será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual

deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

§ 3º O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

§ 4º O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

§ 5º Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

2.2. Desta feita e considerando que a RECORRENTE ingressou sua peça de recurso de forma tempestiva no Site do compras.gov.br, merece ter seu mérito analisado, visto que os prazos estabelecidos foram respeitados.

3. DAS FORMALIDADES LEGAIS

3.1. Registre-se que houve atendimento ao cumprimento das formalidades legais, eis que todos os licitantes foram cientificados da existência e trâmite dos recursos administrativos interpostos, bem como do prazo para apresentação das contrarrazões, conforme comprovam os documentos registrados no Sistema SIASG/Comprasnet.

4. DAS RAZÕES RECURSAIS

4.1. A Recorrente, insurge-se contra a decisão do Pregoeiro que classificou e habilitou a empresa ARCARIO PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA, alegando, resumidamente, que:

(...)

Quando do envio da proposta, a empresa ARCARIO PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA declarou que cumpria as exigências de reserva **de cargo para pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social**, previstas em lei e em outras normas específicas, como é o caso da Lei nº 14.133/2021 e do Edital em referência. (GRIFOU-SE)

Ao declarar que cumpria a quota, empresa fez uma falsa declaração, uma vez que, ao consultar a Certidão emitida pelo MTE – Secretaria de Inspeção do Trabalho, verificamos que a referida certidão se encontrava, desde da data de abertura da licitação, com o status **INFERIOR**, ou seja, nesta data, a empresa ARCARIO PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA empregava pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social em número **INFERIOR** ao percentual previsto no art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991.

Ao permitir que empresas com número inferior participem normalmente e, pior, vençam os certames, viola-se os princípios da isonomia, da legalidade e o da vinculação ao edital. Embora seja uma situação de difícil completamento, existem empresas que atendem tal condição, como é o caso desta Recorrente.

4.2. DO PEDIDO:

A empresa **PS SERVIÇO DE LIMPEZA LTDA** requer, portanto, que seja recebido o presente Recurso, intimado os demais licitantes para, querendo, interpor as contrarrazões no prazo estabelecido em lei. Após, se não exercido o Juízo de Retratação, que seja informado e encaminhado à Autoridade Superior para julgamento, a fim de reformar a decisão e **INABILITAR** a empresa **ARCARIO PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA** dando, então, prosseguimento às fases seguintes do Pregão Eletrônico em questão.

5. DAS CONTRARRAZÕES DA RECORRIDA

5.1. As contrarrazões foram apresentadas tempestivamente por meio do sistema de compras, resumidamente, nos seguintes termos:

O Art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

Este dispositivo legal determina que empresas com 100 ou mais empregados devem preencher de 2% a 5% dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência, na proporção estabelecida pela lei.

A empresa ARCARIO, é consciente e sabedora de que a não observância dessa obrigação legal acarreta diversas consequências jurídicas. Primeiramente, a empresa está sujeita a sanções administrativas, que podem incluir multas e outras penalidades previstas na legislação trabalhista e previdenciária. Além disso, a Lei nº 14.133/2021, que trata das contratações públicas, reforça a necessidade de cumprimento das normas de inclusão social, estabelecendo que o descumprimento das obrigações legais pode resultar em impedimentos para participar de licitações e celebrar contratos com a administração pública.

E, é exatamente neste sentido, que a empresa ARCARIO cumpri os seus deveres atendendo ao **Art. 93 da Lei nº 8.213/1991**, o qual foi questionado pela empresa recorrente, e que fica demonstrado abaixo conforme imagem da certidão que comprova que a empresa ARCARIO possui em número Superior ao percentual previsto no Art. 93 da Lei nº 8.213/199.

6. DA ANÁLISE DO RECURSO

6.1. Antes de tratar do mérito da questão, é importante destacar que a finalidade da licitação é de satisfazer o interesse público e buscar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, desde que esta cumpra às exigências estabelecidas no instrumento convocatório, que se faz lei entre as partes, como também respeitar os princípios constitucionais e administrativos.

6.2. Conforme se observa nas contrarrazões, a ARCARIO PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 18.296.524/0001-37, anexou certidão comprovando que empregava pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social em número SUPERIOR ao percentual previsto no art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991:

Conforme os registros administrativos do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), certifica-se que o empregador acima identificado empregava, em 18/01/2025, pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social em número **SUPERIOR** ao percentual previsto no art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991.

6.3. Foi realizada consulta em 21/01/2025, às 17:40:20, no sítio do MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO, *link*: <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/pcdreab>, em que ficou confirmado que a ARCARIO PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA cumpre com o percentual de pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social.

6.4. Sendo assim, observa-se que não assiste razão as alegações recursais da RECORRENTE.

7. DA CONCLUSÃO

7.1. Conforme explanado acima, entende-se que não procedem as alegações da Recorrente quanto ao julgamento da proposta e habilitação do Pregão Eletrônico nº 90009/2024.

7.2. Por todo o exposto, não reconsidero a decisão que julgou vencedora a proposta da empresa ARCARIO PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 18.296.524/0001-37.

7.3. Dessa forma, nos termos do item 8.5 do EDITAL, encaminho ao Diretor do Departamento de Administração - Substituto, para proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos, acerca do Recurso apresentado pela empresa PS SERVIÇO DE LIMPEZA LTDA, CNPJ nº 18.804.276/0001-98.

EDSON CARLOS MOREIRA SOARES
PREGOEIRO



Documento assinado eletronicamente por **Edson Carlos Moreira Soares, Pregoeiro(a)**, em 21/01/2025, às 17:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.funasa.gov.br/consulta>, informando o código verificador **5235459** e o código CRC **72CF3E2C**.

